

O CAMINHO DA PROTEÇÃO AO TRABALHO DO “MENOR” ATÉ A DESPROTEÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Silvana Souza Netto Mandalozzo
Daniella Aparecida Molina Vargas

INTRODUÇÃO

No mundo capitalista, o trabalho, em sentido amplo, sempre foi um elemento importante para a geração de riquezas. No Brasil, em sentido estrito, quando se tem uma relação de emprego, esta geralmente é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possuindo algumas profissões regulamentação especial.

A legislação consolidada, aborda de forma clara e cristalina a proteção ao “trabalho do menor”. Da década de 40 para cá, muitas mudanças ocorreram, novas profissões surgiram e a atividade de crianças e adolescentes em redes sociais vem alçando um patamar surpreendente, especialmente em termos monetários. O artigo se propõe a estudar o tema mencionado, se partindo da hipótese que deve existir uma proteção legal para os *digital influencers* que ainda não atingiram a maioridade legal.

Para tanto, houve a divisão em 3 tópicos. O primeiro aborda a CLT e a proteção ao trabalho do “menor”. O segundo aborda o trabalho das crianças e adolescentes nas plataformas digitais e os perigos da adultização. E por fim, é analisada a (des)proteção do trabalho de crianças e adolescentes influenciadoras digitais e a difícil tarefa de regulamentação.

Mesmo que a tarefa seja árdua, considerando que os influenciadores digitais e seus responsáveis legais, enquanto menores, possam entender que a proteção não

Silvana Souza Netto Mandalozzo

Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Curso de Direito, Mestrado Profissional em Direito e Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Daniella Aparecida Molina Vargas

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e Procuradora Jurídica da mesma instituição.

é necessária, o Direito deve regulamentar alguns aspectos das atividades a serem desenvolvidas.

A análise se fez unicamente pela pesquisa bibliográfica.

A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E A PROTEÇÃO AO TRABALHO DO “MENOR”

A CLT, foi aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1943, entrando em vigor em 10 de novembro do mesmo ano. O Título III de tal diploma legal aborda as “normas especiais de tutela ao trabalho”, e, dentro dele, o Capítulo IV trata “da proteção do trabalho do menor”, nos artigos 402 a 441.

De início é necessário mencionar que a expressão trabalho do “menor”, coerente com as décadas anteriores, não mais se coaduna com os tempos atuais. Trabalho do “menor” possui uma conotação de inferioridade, de pequenez. Por isso, o mais adequado é a menção a trabalho de crianças e adolescentes ou trabalho infantojuvenil. O trabalho, no sentido lato, de pessoas até 18 anos incompletos, merece proteção especial, por isso a razão de ser deste estudo. Não é objeto do presente trabalho o comentário de cada artigo contido na CLT, mas o foco se dará em alguns aspectos protetivos ao trabalho das crianças e adolescentes.

Em 1988 com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), o trabalho foi permitido a partir dos 16 anos, salvo na condição de aprendiz, este a partir de 14 anos, segundo o artigo 7º, XXXIII. Vale lembrar que a Constituição anterior permitia o trabalho a partir de 12 anos. Na época, não se imaginava que outras formas de atividades nas redes sociais seriam desempenhadas por crianças e adolescentes, portanto, a interpretação deve se pautar com as lentes voltadas ao período a que se destina. Posteriormente, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei 8.069/1990, dedicou o Capítulo V ao “Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho”.

Os motivos para a majoração da idade, como mencionou Segadas Viana (2000, p. 995), seriam a preservação de certos fatores básicos que interferirão no adulto de amanhã. Expôs a importância do convívio familiar e os valores daí advindos, o relacionamento com outras crianças, necessário ao desenvolvimento psíquico, físico e social, além da “formatação da base educacional sobre a qual incidirão aprimoramentos posteriores, o convívio com a comunidade para regular as imoderações próprias da idade”.

Ainda em relação a proteção diferenciada, Orlando Gomes e Elson Gottschalk (1999, p. 421), demonstraram que o Estado intervém na “matéria em função de uma

política administrativa de largo alcance, com fins demográficos e educacionais”. Para os menores, seria essa última a função, no sentido de que “a educação primária do menor não pode ser prejudicada pela necessidade material de trabalhar”. Hoje não se fala mais em ensino primário, mas em termos educacionais, seria a possibilidade de cursar o Ensino Fundamental I e II, além do Ensino Médio.

Luciano Martinez (2024, p. 1015), coerente com a época atual, usou a nomenclatura “trabalho infantojuvenil” ao demonstrar a importância do assunto à luz do artigo 227 da CRFB, colocando os “interesses da criança, do adolescente e do jovem no indubitado primeiro lugar na escala de suas preferências”. E continua o autor ao mencionar esse tipo de trabalho: “Essa exegese revela a delicadeza do trato de questões que envolvem o trabalho prestado por infantes, por adolescentes e por jovens”. No âmbito de contratações, ele dividiu os contratos formulados em 4 (quatro) espécies: nulos – celebrados por quem não tem idade para trabalhar, anuláveis – celebrados por quem tem idade para laborar mas sem a assistência legal, natureza especial – como a aprendizagem e ordinários – celebrados por menores emancipados.

Na classificação exposta por último, a CLT estaria voltada aos contratos de trabalho de aprendizagem e de natureza ordinária, ou seja, dentro do trabalho realizado de uma forma regular, podendo se afirmar dentro do “mundo ideal” do direito.

Como explanado por Homero Batista (2025, p. 312), o trabalho da criança é proibido constitucionalmente, portanto, a CLT regulamentou apenas o trabalho de adolescentes.

Cumpra inicialmente, explicitar algumas normas contidas no diploma consolidado, como por exemplo o parágrafo único do artigo 402, que retira a incidência das normas do capítulo “no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja sob a direção do pai, mãe ou tutor”, mantendo proibições delineadas nos artigos 404 e 405, além das normas definidas na Seção II que tratam da duração do horário de trabalho. Nessa redação da década de 60, entendeu o legislador que o menor laborando sob as ordens de seus responsáveis legais ali descritos, estaria protegido, se presumindo que abusos não existiriam.

Segundo o parágrafo único do artigo 403 da CLT, o trabalho do adolescente – ali denominado “menor”, não pode ser “realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

O legislador se preocupou de forma mais específica com o horário de trabalho dos adolescentes, dedicando os artigos 411 a 414 a esse assunto, salientando-se que a partir dos 16 anos, a pessoa pode laborar o máximo permitido legalmente, com as exceções legais para prorrogar o trabalho.

A profissionalização não passou despercebida, com o contrato de aprendizagem estando regulamentado na CLT, nos artigos 424 a 433, em consonância com o ECA.

Fazendo uma análise mais abrangente do texto consolidado, se denota que o trabalho “exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores”, que observaria certos requisitos, de acordo com o artigo 405. Ainda, o Juiz da Infância e Juventude, poderia autorizar o trabalho do “menor” em “teatros de revista, cinema, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos” e “em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes”, desde que a representação tenha fim educativo e não seja prejudicial à formação moral e que a ocupação seja essencial à subsistência do trabalhador que não atingiu a maioridade, bem como, a subsistência de membros de sua família ali especificados.

Do exposto, se pode extrair que no primeiro artigo protetivo da CLT, a família seria a rede de proteção ao trabalhador que ainda não tivesse atingido a maioridade. Em alguns casos um tanto discutíveis, como atividades desenvolvidas nos locais descritos no parágrafo anterior, uma autoridade seria a responsável por conceder a autorização para o labor. Certo é que, o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 405 da CLT se encontram um tanto defasados, bem como o disposto no § 4º ao mencionar autorização para trabalho de “menores jornalheiros” em instituições destinadas a ampará-los. Retirando o trabalho em circos, as outras situações de trabalho não se verificam de forma usual, podendo se afirmar que algumas profissões ali descritas fazem parte de um passado. Outra curiosidade é que aquele que ainda não completou 18 anos, pode trabalhar em circos, mas não nas três funções mencionadas, sendo lícito o trabalho por exemplo como palhaço.

Para o enquadramento nas normas da CLT, a relação entre o adolescente e o tomador dos serviços deve ser através de um contrato de emprego, no sentido estrito, com o preenchimento dos requisitos dos artigos 2º e 3º. A forma especial de contrato de emprego, como aprendizagem, prevista também no texto consolidado, teve atualizações legais, como por exemplo a Lei 11.180/2005, Decreto 5.598/2005, Lei 11.788/2008 e Lei 13.420/2017. A CLT se mantém com grande força em relação ao contrato de aprendizagem, com as constantes atualizações.

Saliente-se que existem muitos jovens aprendizes no país, citando-se o número de 602.671 jovens aprendizes contratados em março de 2024, sendo que esse resultado “faz parte das ações do MTE para garantir trabalho decente para a juventude brasileira” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

De uma forma mais crítica, a reforma trabalhista advinda com a Lei

13.467/2017 poderia ter atualizado as disposições consolidadas. Inicialmente poderia ter retirado a expressão “trabalho do menor”, substituindo por outra mais adequada. Poderia ainda ter retirado a menção a algumas profissões que não mais existem como “menores jornalheiros”, oriundo de uma época em que esses entregavam fisicamente nos locais os jornais. Hodiernamente, poucos jornais possuem formato físico, se transmutando para a forma digital. Outras expressões também estão obsoletas, como “teatros de revistas”, “cassinos” – não autorizados legalmente no Brasil e “cabarés”, citando-se de forma exemplificativa.

Considerando que a CLT se aplica aos contratos de trabalho formais, na espécie de relação de emprego somente, essas normas não se amoldam às novas formas de atividades desempenhadas por crianças e adolescentes. O mundo mudou radicalmente com as formas de comunicação atuais, a rede de proteção que pairava sobre o trabalho juvenil não mais subsiste para os novos modelos de atividades desempenhadas por crianças e adolescentes.

De forma bem clara, criança não pode trabalhar na forma prevista na CLT, mas isso não significa que elas, juntamente com adolescente não laborem. E assim algumas o fazem nas plataformas digitais, sendo um grande desafio a análise desse tipo de atividade e suas implicações na vida dessas pessoas e de seus responsáveis legais. Novos tempos desafiam soluções inovadoras.

O TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS E OS PERIGOS DA ADULTIZAÇÃO

O recorte utilizado para o presente são as crianças e adolescentes menores de 16 anos – abaixo da idade mínima considerada legal para o trabalho no Brasil – denominados de *digital influencers* mirins ou somente *digital influencers*, que são protagonistas em um canal ou página em redes sociais. Inicialmente ganharam visibilidade na plataforma *YouTube* expandindo-se conforme as redes sociais ganhavam maior visibilidade.

O termo “influenciador digital” ou *digital influencer* tem sido utilizado (FORBES, 2017; McLAREN; COSTA; SAYURI; CAMARA; DONNANGELO, 2018) para abranger este fenômeno, independentemente do espaço digital usado, e traz a vantagem de incluir os usuários com esse perfil em futuros aplicativos e sites que surgirem com igual propósito. Influenciadores digitais foram definidos como indivíduos que se popularizam em redes sociais como *YouTube*, *Instagram*, *Snapchat*, *Twitter*, *Facebook* e *Tumblr*, que usam sua reputação para influenciar e engajar o público, assim como alavancam produtos, serviços e eventos (MONTELATTO *apud* CGI.br, 2017).

Os influenciadores mirins mantêm canais e perfis nas redes sociais e com isso atraem a atenção de milhares de seguidores nas redes sociais e, consequentemente, de diversas empresas, prontas a presentear as crianças com “mimos” para merchandising, convites para parques temáticos, “presenças VIP”, “encontrinhos” com fãs, licenciamento de produtos. Alguns chegam a escrever livros, outros tornam-se modelos em campanhas publicitárias e até personagens de jogos eletrônicos (SAYURI, 2019).

Bauman (2013) aponta que ser famoso não significa “nada mais (mas também nada menos) que aparecer nas primeiras páginas de milhares de revistas e em milhões de telas, ser visto, notado, comentado e, portanto, presumivelmente desejado por muitos”. Por sua vez, ser desejado é ser único, é se distinguir da massa homogênea e ser objeto de aceitação e simpatia universais. Esse sentido de destaque e projeção tem grande apelo entre o público infanto-juvenil (SCHMIDT, 2020). Com tal pendor, os *digital influencers* ganham fama e notoriedade e passam a ser objeto de consumo e desejo de outras crianças e jovens, que prontamente seguem seus canais perfis e consomem seus conteúdos.

A crescente popularidade dos *YouTubers* e demais *digital influencers* com conteúdo destinado ao público infantil e o impacto que exercem entre seus pares é fenômeno que ocorre em diversas partes do mundo, incluindo Estados Unidos (FORBES, 2017) e Europa (CRUZ, 2017), além de atrair o mercado interessado em direcionar publicidade a tal público, disfarçada de programação, uma vez que o ambiente da televisão antes tão promissor foi objeto de restrições e regulamentações.

As plataformas, redes sociais, atualmente abrigam milhões de vídeos longos, *shorts*, *reels*, postagens e *stories* dos perfis e canais que fizeram surgir novas celebridades, de variadas idades e que abordam os mais diversos temas. Também abriga e fez surgir celebridades infantis e adolescentes, que têm seus canais com milhares de seguidores, e vídeos com milhões, até bilhões de visualizações. Por meio da internet, as crianças não são apenas receptoras e espectadoras de conteúdos, como ocorria até então com a televisão, mas também assumem a condição de sujeitos ativos, como produtoras de material audiovisual (FONTENELLE, 2015).

Para o presente estudo, foram considerados os vídeos e canais angariando usuários do entretenimento, que acabam concluindo, nessa busca, uma oportunidade de trabalho. Esse tipo de discurso de profissionalismo exercido pelas empresas que existem e distribuem seus serviços e mercadorias pela rede é relativamente novo enquanto configuração, mas possui elementos semelhantes às lógicas de organização do trabalho anteriores (SIQUEIRA, 2021).

Assim, é possível entender que os produtores de conteúdo digital, ou *digital*

influencers, são compostos por toda uma estrutura industrial de entretenimento que permite sua construção, logo, eles são, ao mesmo tempo, usuários e funcionários de um *site*, sem os quais não poderia sobreviver. São eles que, ao escolherem a opção de monetizar seus vídeos, passam a gerar receita para si e para o site. Os ganhos podem também ser indiretos, a partir de projetos e parcerias, estes representam a maior parte da geração de renda desses sujeitos (SIQUEIRA, 2021).

Segundo Costa (2020), o *YouTube* parte dessa racionalidade do capitalismo flexível, apresentando produção de vídeos para nichos específicos, aumentando, assim, a sua dinâmica de produção e comercialização de produtos dispostos no mercado, entendendo que quanto mais diversos, maior é a venda. A lógica pode ser expandida para as demais redes sociais.

Ainda de acordo com Costa (2020), a plataforma entende os produtores de vídeos como parceiros, responsáveis e integrantes da plataforma, mas eles são trabalhadores que geram o capital para a corporação, não detendo direitos trabalhistas. Considerando as relações entre plataforma e produtores a partir da ótica de uma “cultura colaborativa”:

A liberdade aparente envolve a facilidade de acessar a plataforma com uma conta de e-mail, elaborando um perfil com nome no canal para postar vídeos. Como a plataforma funciona com a visualização de vídeos, todos aqueles que postam esses vídeos são chamados de colaboradores, portanto, estão no interior de uma cultura colaborativa. (COSTA, 2020, p. 53).

No entanto, segundo o resultado das pesquisas empíricas expostas por Pelegrini (2020), a autonomia – que se expressa nas características criativas do trabalho, na possibilidade de os trabalhadores e trabalhadoras escolherem o tempo, o espaço e o tipo de contrato de trabalho – é limitada pela instabilidade, precariedade, insegurança e por novas formas de controle. Nesse contexto, o profissionalismo é visto por Larson (1977) como uma estratégia de mobilidade social de um grupo ocupacional a partir do controle de credenciais de praticantes, reservas de mercado e a produção de conhecimento abstrato que legitimam as posições privilegiadas que as pessoas detêm dentro da profissão.

Parte-se do pressuposto de que uma profissão se origina da necessidade cotidiana de resolver problemas e/ou atender demandas da sociedade emergente, a partir da aptidão de seus executores e da necessidade de pertencimento de seus consumidores. Logo, cria-se uma demanda de consumidores que são instigados por similaridades em seus padrões de consumo e necessidades sociais atribuídas a esses

padrões. Nesse prisma, Costa (2020) destaca que a busca por fãs assíduos faz com que alguns *YouTubers* postem todos os dias ou com frequência semanal, às vezes com horário marcado para lançamento de vídeos na plataforma e sempre criando novos conteúdos em seu canal.

Ao se tornar trabalho, ao gerar lucro, ao ganhar visibilidade, tem-se uma outra história que se fundamenta não somente pela falta de emprego, mas pelo estilo do capitalismo abordado por Boltsanki e Chiapello (2009), que parte de concepções como liberdade, autogestão, autonomia, criatividade, sensibilidade às diferenças, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais. Características que corroboram a consideração de trabalhador atribuída aos *digital influencers*, integrando um movimento que para Castells (1999) já vinha da reestruturação de empresas e organizações, possibilitada pela concorrência global, está introduzindo uma transformação fundamental: a individualização do trabalho no processo de trabalho.

Na criação a partir de nichos específicos, a plataforma entende que indiferente do consumidor final, deve-se propiciar que todos possam ter acesso ao entretenimento e conseqüentemente se tornem usuários e produtores de conteúdo concomitantemente.

Para buscar entender se as atividades que essas crianças realizam na plataforma se configura como trabalho, é preciso entender suas relações com produtores, capital, e plataforma em si. Costa (2020), ao problematizar a totalidade em que estas crianças estão inseridas, entende que:

O *YouTubeKids* é um produto que está no interior do YouTube, que estabelece redes de relações de produção com a Google, já que quem conecta, seja para produzir e/ou para consumir/assistir, tem que estar registrado em um e-mail do Google. Todas essas plataformas/empresas multinacionais, YouTubeKids, YouTube e Google fazem parte da mesma corporação, a Alphabet Inc. Elas se constituem como um conglomerado de empresas em rede que estabelecem o monopólio em tecnologia. (COSTA, 2020, p. 58).

Em consonância, Ramos (2015) entende a internet como continuidade de um esforço que atravessa social e historicamente diferentes tecnologias em prol de conexões humanas. Assim, o *digital influencer* se torna categoria profissional quando seu produto (a produção de conteúdo) passa a ser lucrativo financeiramente para seus idealizadores, gerando concorrência e obrigando a própria plataforma a investir na qualidade de seus produtores, o que sugere esse tipo de trabalho como integrante

no processo de flexibilização. A organização do trabalho em “projetos” cria condições de localização no mercado específicas para tais categorias ocupacionais. Nessa forma de organização, os trabalhadores são demandados em torno de um projeto específico, desenvolvem o trabalho e, depois de finalizado, devem buscar novas “oportunidades” para continuarem no mercado (PELEGRINI, 2020).

O trabalho do *digital influencer* mirim é produtivo, pois produz mais-valia, e é daí que se extrai o lucro e o acúmulo de capital flexível da corporação *YouTube* (COSTA, 2020). Desta forma, conclui-se que o que os *digital influencers* mirins produzem, a partir do trabalho, vídeos, *posts*, *stories* e *lives*, são mercadorias, uma vez que são vendidas e compradas/consumidas/assistidas no mercado de trocas das redes sociais digitais. Essas mercadorias possuem um valor de uso, pois suas características qualitativas próprias são vídeos para serem assistidos, e possuem valor de troca, adquirido a partir da equivalência de outras mercadorias, que esconde o trabalho concreto e se pauta no trabalho abstrato.

Desta forma pode-se afirmar que as atividades dessas crianças e adolescentes nas redes sociais se caracterizam como trabalho.

Os conceitos e as definições de trabalho infantil modificam-se conforme a cultura, ator e contexto histórico. A depender da faceta do trabalho infantil a ser estudada, o conceito é adaptado (CAVALCANTE, 2012). Na literatura internacional, as definições da OIT e da UNICEF dominam as discussões (UNICEF, 2007). No ano de 2008, a OIT incluiu na definição de trabalho infantil as atividades realizadas no âmbito doméstico, independentemente de remuneração.

A Resolução II da 18ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, “trabalho infantil” refere-se a (OIT, 2008):

- (I) as piores formas de trabalho infantil, incluindo trabalho escravo, prostituição e pornografia, atividades ilícitas e atividades que representem riscos à saúde, segurança ou integridade moral, conforme a Convenção nº.182 da OIT;
- (II) todas as atividades empregatícias realizadas por menores de 15 anos de idade, conforme a Convenção n.º 138 da OIT;
- (III) as atividades domésticas, incluindo afazeres domésticos realizados por longo período de horas, em ambiente insalubre, em localizações perigosas, ou com uso de equipamentos perigosos ou pesados.

Deve ser considerado que o termo “atividade empregatícia” não significa emprego, mas atividade produtiva, ou seja, trabalho, independente se com ou sem vínculo empregatício formalizado, conforme definição de Fischer et al. (2003).

Nesse sentido, Sússekind (2004, p. 272) ressalta que “a proibição do trabalho a menores de dezesseis anos não é limitada ao exercício de emprego. Ela alcança o trabalho eventual, temporário, a pequena empreitada, o trabalho avulso e o trabalho autônomo”.

Todavia, necessária a ressalva feita por Vilani (2010) de que não é qualquer atividade laboral que se insere no conceito de trabalho infantil. Este se aplica a crianças que trabalham em atividades substitutivas da mão de obra adulta. A autora ressalva que o tipo de trabalho que se quer abolir da vida de crianças é aquele em que elas atuam regularmente ou durante jornadas contínuas, fazendo disso uma fonte de renda destinada ao sustento próprio ou familiar (CAVALCANTE, 2012).

Segundo a OIT (2001), o trabalho infantil se caracteriza pela condição de exploração e prejuízo à saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente que realiza a atividade, bem como o impedimento ou o comprometimento do exercício do direito à educação e ao brincar. Os elementos trazidos são os que caracterizam o trabalho, como trabalho infantil, e uma vez presentes, ainda que o explorador seja o responsável pela criança, independentemente de classe social ou motivação, ficará caracterizado trabalho infantil.

Em todas as redes sociais atuais, encontra-se presente o limite de idade para a criação de uma conta. Desta forma para que uma criança menor de 13 anos possa ter sua própria conta, se faz necessária a intervenção de um adulto. Tal fato demonstra o conhecimento inequívoco dos responsáveis pelo trabalho realizado em todas as suas faces.

O trabalho infantil perfila-se com o adulto quando são preenchidos os requisitos legais caracterizadores da relação de emprego previstos no artigo 3º da CLT: ser pessoa física, pessoalidade, não eventualidade ou habitualidade, onerosidade e subordinação a um empregador. Em um canal no qual se postam vídeos de forma esporádica, em uma análise superficial, verifica-se não estar presente pelo menos um dos requisitos para caracterizar a realização de trabalho qual seja, a habitualidade.

Nas redes sociais, é utilizada a estratégia da publicação de conteúdo com regularidade, com o objetivo justamente manter o número de visualizações e entregar conteúdo a um grande volume de pessoas, e com isso possibilitar melhores contratos publicitários e rendimento com a monetização.

O trabalho de um *digital influencer* perpassa por todas as facetas do trabalho de um artista. A variedade de performances exigidas/necessárias a um *influencer* é superior à de um artista, uma vez que como os vídeos e conteúdos são gravados e publicados uma única vez, há a necessidade de uma pluralidade atividades nos vídeos para engajar o seguidor e com isso obter renda e novos contratos (VARGAS, 2022).

O trabalho infantil artístico foi regulamentado, pois se sabe, através de estudos realizados e análise de casos concretos, que se coloca em risco a educação, compromete desenvolvimento físico e psicológico e compete com atividades como lazer e estudo, que são fundamentais para a formação do indivíduo. No Brasil, a concessão de alvará judicial para essa finalidade demonstra a veracidade dessa informação. A Convenção 138 da OIT, ratificada pelo Brasil, no artigo 8, prevê a participação em representações artísticas, com permissão. Essa Convenção remeteu às legislações nacionais a idade mínima de trabalho, mas de certa forma, previu no artigo citado uma das exceções.

Nessa esteira, considerando-se as semelhanças apontadas e diferenças existentes, não se visualiza outro caminho a ser trilhado ao trabalho realizado pelos *digital influencers* mirins se a intenção é preservar a infância e o desenvolvimento da criança.

Se o *digital influencer* desejar crescer na plataforma, ter seu canal ou conta dentre os sugeridos e aparecer nos primeiros lugares dentre as buscas realizadas deverá atender aos termos definidos pelo algoritmo da plataforma, acatando a sugestão do *google ad sense* e outros parâmetros definidos. Caso não atenda, não haverá penalidade, mas o canal ou conta provavelmente não terá o engajamento desejado, o que afetará diretamente a monetização e repercussão. O disposto acima ainda de forma precária, com ausência de regulação pública e forma definida, é elemento caracterizador de subordinação à plataforma.

Desta forma, embora possa existir uma relação de trabalho efetiva, com retribuição financeira e subordinada a termos pré-fixados, estabelecida com uma pessoa ainda na menoridade etária, ante a ausência de regulamentação legal, se o patrocinador não desejar, não existirá nenhum vínculo formal (por exemplo, contrato ou equivalente) entre o *YouTuber* mirim e o patrocinador. E, com isso, se verifica a ausência de regulamentação da atividade a ser desempenhada.

Passa, então, a ser compreendida pela desregulamentação das relações de trabalho, denominada flexibilizada, na qual a intensidade do trabalho é elevada, sem a supervisão local do gerente ou supervisor direto. A pressão do mercado, supostamente não controlável, determina o ritmo. Esse modo de controle externo é mais poderoso, legítimo que o controle que poderia ser exercido pela hierarquia da empresa sobre o próprio pessoal (VARGAS, 2019).

O controle do trabalho passou a ser exercido sob vários aspectos: desenvolvimento do trabalho e uso de habilidades; tempo necessário para o desenvolvimento das tarefas; tempo de emprego e trabalho; intensidade do trabalho; equipamentos; matérias-primas; e todas as formas diversas de controle, que não o supervisor padrão ou gerente (VARGAS, 2019).

Seria o exato retrato entre os *digital influencers* profissionais e a plataforma, redes sociais e seus anunciantes, uma vez que não há o controle direto, como ocorre em uma relação clássica de trabalho, mas encontra-se presente a grande cobrança pela intensidade do trabalho, refletida na postagem periódica dos vídeos nos “melhores horários” e na remuneração (monetização) com valores bastante diversos com relação ao conteúdo produzido conforme o engajamento do canal.

Quanto mais diversos forem os vídeos, mais engajamento o canal obtiver e por mais tempo os anúncios forem assistidos, maior será a remuneração obtida pela monetização, sendo o controle do intervalo de remuneração exclusivo da plataforma, sem qualquer possibilidade de negociação ou conhecimento dos critérios para os horários eleitos como melhores para o engajamento e periodicidade necessária para tal.

Todos os elementos da relação descrita acima entre os *digital influencers* e as plataformas, redes sociais e anunciantes são caracterizadores de trabalho infantil e da relação de trabalho. Os elementos são a habitualidade das postagens, pessoalidade na realização do trabalho, pressão pela criação de novos conteúdos com formas diversas e rapidez, que se caracterizam como subordinação, ainda que atípica nas regras impostas pela plataforma, uma vez que somente ocorrerá, na hipótese de o canal optar em ser monetizado e para obter maiores valores com tal.

Ademais o trabalho exercido envolve riscos às crianças e adolescentes. Riscos à saúde, ao desenvolvimento, as relações sociais, psicológicos e emocionais (VARGAS, 2022). Isto pode ser constatado, em recente vídeo postado no qual um *digital influencer* adulto, narra e demonstra o processo de adultização de crianças nas redes sociais e plataforma. Demonstra ainda, como “enganar” o algoritmo e como a exploração infantil pode ocorrer.

(DES)PROTEÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFLUENCIADORAS DIGITAIS E A DIFÍCIL TAREFA DE REGULAMENTAÇÃO

O ambiente digital não foi criado para crianças, mas desempenha papel significativo na vida delas, seja como forma de aprendizado, diversão ou trabalho. Atualmente, uma das principais formas de proteção e controle do trabalho infantil no Brasil é o processo para concessão de alvará judicial, o qual se respalda no ECA, CLT e Convenções 138 (idade mínima de admissão ao emprego) e 182 (piores formas de trabalho infantil) da OIT, ambas ratificadas pelo Brasil. E como modelo, o trabalho do artista, se encontra regulamentado na Lei 6.533, de 1978 e Decreto 82.385 do mesmo ano. Considerando que por datarem de 1978 as últimas normativas citadas, se omitem

com relação ao trabalho artístico da criança e do adolescente e por sequer ser possível imaginar à época o trabalho do *digital influencer*.

A disciplina legal é bastante ampla, entretanto, não há até o momento procedimento específico a ser adotado, tampouco padrões, critérios e parâmetros a serem seguidos. Todos os passos para a concessão ou não do alvará são dotados de grande subjetividade pelo julgador, o que, no tema em discussão, não se mostra como um ponto positivo.

Em análise das três regulamentações, o resultado mais aparente dentre elas é que o ECA proíbe o trabalho infantil, sendo o alvará judicial medida excepcional e somente podendo ser concedido após os dezesseis anos de idade. Na CLT o trabalho infantil é sim proibido, nos termos de uma relação de emprego, mas silencia quanto a atividades de influenciadores digitais. Já, a Convenção 138 da OIT, é no sentido de que se já que existe tal forma de trabalho, este não seria extinto imediatamente, devendo ser disciplinada a idade mínima e alguma proteção para sua realização, em relação a cada país que ratificar o instrumento.

Os três dispositivos encontram-se vigentes no Brasil e não se completam, ao contrário acarretaram por anos discussões doutrinárias e decisórias sobre seu alcance e validade, principalmente quando cotejados com a CRFB e as regras de recepção e convalidação de leis anteriores e Convenções da OIT. O ECA prevê o alvará judicial como medida excepcional, já a CLT traz, regras restritivas a sua realização, desde que o trabalhador esteja entre 14 anos (na condição de aprendiz) até 18 anos incompletos.

O foro para se solicitar o alvará judicial autorizando o trabalho, é alvo de discussão, uma vez que o ECA traz como previsão absoluta a competência da Vara da Infância e Juventude, a qual deve assegurar a completa inexistência de exploração ou abuso ao menor. É o que prevalece atualmente.

O cenário não é favorável à proteção do menor, uma vez que o solicitante do alvará judicial, é o contratante da força de trabalho do menor, sejam empresas tomadoras do serviço do artista, seja o contratante direto, o que caracteriza uma relação direta entre as partes.

Se a celeuma persiste para o trabalho infantil artístico, o qual encontra previsão legal e regulamentação (para o trabalho do adulto), a situação ora analisada é mais complexa ainda. Com relação ao trabalho do *digital influencer*, considerando-se não haver qualquer previsão legal para realização, definição sobre o que possa ser considerado trabalho, sobre os riscos gerais, carga horária a ser realizada, limites e demais disposições regulamentadoras, atualmente não é necessário a expedição de alvará, ou seja, nenhuma autoridade possui conhecimento prévio da atividade a ser desenvolvida, eventuais riscos, duração do labor, dentre outros fatores.

E, neste cenário, as redes sociais e plataformas certamente alegariam que não possuem responsabilidade sobre tal trabalho e, desta forma, não teriam que solicitar a expedição de alvará. Utilizando como parâmetro a Convenção 138 da OIT, que ao admitir de forma inequívoca a existência de trabalho infantil, parte de tal premissa para buscar minimamente regulamentar o exercício da profissão/atividade/ocupação.

Sugere-se como uma forma de controle aos canais, perfis e contas com destaque na plataforma, que pertençam ou tenham como protagonista crianças e adolescentes, que para ser caracterizados como profissional, verificados, monetizados, deverá haver termo de compromisso firmado, declarando aceite das regras, leis e necessariamente um familiar maior de idade responsável. Essa formalidade iniciaria um processo de conhecimento sobre números, postagens, perfis, atividades e com isso permitiria a regulamentação mais específica sobre a profissão.

Neste momento, ante a inexistência de legislação especial sobre o tema, mas considerando-se a análise conjunta do ornamento aplicável nacional e internacional às participações de artistas infantojuvenis parece possibilitar a autorização, caso a caso, dessa atuação no Brasil, desde que com alvará judicial contendo restrições de proteção aos riscos da atividade (MARQUES, 2009; OLIVA, 2010; NASCIMENTO, 2007; ROBORTELA; PERES, 2005).

E, para tanto, tem-se como a forma não ideal, mas possível em um curto espaço de tempo, a adequação da lei sobre trabalho artístico, entendendo ser o *digital influencer* um artista completo, pois executa as atividades de cantor, intérprete, apresentador, jornalista, em conjunto ou isoladamente, conforme a vocação do canal. A partir de tal definição e encanamento, pode-se exigir a concessão do alvará para o exercício da atividade. Embora Marques (2009) considere que a concessão do alvará judicial seja medida de exceção e não regra, recorrendo novamente a premissa adotada pela OIT quando da Convenção 138, de que o *digital influencer* mirim executa um trabalho artístico infantil, deve, portanto, ser minimamente tutelado.

Para a concessão de autorização, deve-se considerar a exata atividade a ser realizada, a forma da realização, os riscos envolvidos, sejam eles naturalmente decorrentes do exercício da atividade, sejam em decorrência das características pessoais do profissional a executá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se o caminho histórico percorrido pela legislação brasileira, desde a CLT de 1943 até as normas constitucionais e internacionais vigentes, tem a

crescente preocupação na proteção das crianças e adolescentes contra a exploração do trabalho precoce.

Contudo, com a expansão da internet e a popularização das redes sociais, o que trouxe visibilidade aos *digital influencers*, em especial os mirins, a crescente atuação de influenciadores mirins e a consequente realização de contratos publicitários, desafiam o arcabouço normativo, revelando uma lacuna significativa de regulamentação.

Se por um lado a atividade pode ser vista como oportunidade de expressão, desenvolvimento de habilidades e até mesmo de geração de renda, por outro ela carrega riscos concretos, quais sejam, adultização precoce, comprometimento do processo educacional, exposição a situações de vulnerabilidade e precarização das relações de trabalho. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível reconhecer que tais atividades configuram, sim, formas de trabalho, devendo receber a devida tutela estatal.

Assim como ocorreu com o trabalho artístico, a regulamentação do trabalho de crianças e adolescentes em plataformas digitais deve se pautar pelo princípio da proteção integral e do melhor interesse do menor, previstos na CRFB e no ECA. O desafio está em construir parâmetros claros, objetivos, específicos e que acompanhem a evolução das redes sociais e a forma de atividade desenvolvida, que conciliem o direito ao desenvolvimento saudável com a realidade das novas formas de trabalho, sem permitir retrocessos que fragilizem a proteção conquistada ao longo das décadas.

Nesse sentido, ao se tratar da possibilidade de autorização específica para o trabalho de crianças e adolescentes no ambiente digital, torna-se indispensável avaliar de forma criteriosa a natureza da atividade desempenhada, a maneira como será realizada e os riscos que dela possam decorrer, tanto em razão de sua própria execução quanto em função das condições pessoais do menor envolvido.

Diante disso, impõe-se ao legislador, ao Poder Judiciário e a sociedade civil um esforço conjunto para que a legislação acompanhe as transformações sociais e tecnológicas, garantindo que crianças e adolescentes não permaneçam em uma zona cinzenta de (des)proteção. Somente assim será possível assegurar que a atuação no ambiente digital ocorra de maneira ética, segura e compatível com a dignidade da pessoa em formação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, H. **CLT Comentada**. 6ª Edição. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2025.

BAUMAN, Z. **A Cultura No Mundo Líquido Moderno**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, M. **A transformação do trabalho e do mercado de trabalho:** trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível -A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CAMARA, D. E.; DONNANGELO, M. Publicidade Infantil e influenciadores mirins no Brasil. **BatistaLuz**, 18 jun. 2018. Disponível em: https://baptistaluz.com.br/institucional/consideracoes-juridicas-sobre-publicidade-infantil-no-brasil/#_ftn31. Acesso em: 2 fev. 2022.

CAVALCANTE, S. R. **Trabalho Artístico na Infância:** Estudo qualitativo em saúde do trabalhador. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Universidade da USP, São Paulo, 2012.

COSTA, A. C. de A. **O trabalho infantil no youtubekids:** youtuber mirim em análise. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. 72 f.

CRUZ, P. Sociedade hiperconectada intensifica medos. **Meio & Mensagem**, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.acaert.com.br/noticia/32781/vegetacao-na-rede-cao-interrupcoes-de-fornecimento-de-energia-eletrica-no-estado>. Acesso em: 18 out. 2021.

FISCHER, F. M.; OLIVEIRA, D. C.; TEIXEIRA, L. R.; TEIXEIRA, M. C.; AMARAL, M. A. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n. 4, p.973-984, 2003.

FONTENELLE, L. **A onipresente publicidade infantil na internet**. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/a-onipresente-publicidade-infantil-na-internet/>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

FORBES. **Top Influencerkids**. Disponível em: <https://www.forbes.com/top-influencers/2017/kids/#22b1c38b2643>. Acesso em: 8 ago. 2021.

GOMES, O.; GOTTSCHALK, E. Curso de Direito do Trabalho. 15ª Edição. Rio de Janeiro,

Forense, 1999.

LARSON, M. S. **The Rise of Professionalism: a Sociological Analysis**. California: University of California Press, 1977.

MARQUES, R. D. Trabalho infantil artístico: proibições, possibilidades e limites. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, São Paulo, v. 19, n. 38, 2009. p. 13-53.

MARTINEZ, L. **Curso de Direito do Trabalho**. 15ª Edição. Rio de Janeiro, Saraiva Jur, 2024.

Mc LAREN, L. What would do if your teenager became an overnight Instagram sensation? **The Guardian**, 22 jul. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/jul/22/what-would-you-do-if-your-teenager-became-an-overnight-instagram-sensation->. Acesso em: 8 mar. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Brasil atinge marca histórica de 602.671 jovens aprendizes contratados em março de 2024**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/brasil-atinge-marca-historica-de-602-671-jovens-aprendizes-contratados-em-marco-de-2024>>. Acesso em 28 abr.2025.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 22ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVA, J. R. D. O Trabalho Infanto-juvenil artístico e a idade mínima: sobre a necessidade de regulamentação e a competência para sua autorização. **Revista da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA** XV, v. 3. São Paulo: LTr, 2010. p. 130-152. Disponível em: <https://portal.trt15.jus.br/documents/2225749/2246450/trabalho infantil artistico JRD O rev- amatra+%281%29.pdf/289187b0-218b-4f04-81f9-0d7caa112584>. Acesso em: 26 maio 2021.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores**. Monografia. Brasília: OIT, 2001. Disponível em: http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/escola1_br.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

PELEGRINI, J. G. S.; BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. L. (org.). **Flexíveis, virtuais e precários? Os**

trabalhadores em tecnologia de informação. Curitiba: Editora UFPR, 2018.2020.

RAMOS, J. de S. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, p. 57-76, 2015.

ROBORTELA, L. C. A.; PERES, A.G. Trabalho artístico da criança e do adolescente: valores constitucionais e normas de proteção. **Revista LTr**, São Paulo, v. 69, n.2, p. 148-157, 2005.

SAYURI, J. Pequenas Crianças Grandes Negócios. **Revista Trip**, 276.ed. 25 jul. 2018. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/mini-influenciadores-digitais-como-tanto-protagonismo-afeta-o-desenvolvimento-da-crianca>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SCHMIDT, S.; BRUM, A. **A criança ensina e aprende a cultura do sucesso dos Youtubers mirins.** 2016. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0787-1.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2021.

SIQUEIRA, W. L. **As dinâmicas da profissionalização no capitalismo informacional:** identidade youtuber em disputa. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SÜSSEKIND, A.; MARANHÃO, D.; VIANNA, S.; TEIXEIRA FILHO, J. de L. **Instituições de Direito do Trabalho.** 19ª Edição. V. 2. São Paulo: LTr, 2000.

VARGAS, D. A. M.; MANDALOZZO, S. S. N. Precarização e Incerteza da Remuneração dos Trabalhadores da UBER. In: FELICIANO, G. G.; MISKULIN, A. P. (org.). **Infoproletários e a Uberização do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2019.

Vargas, D. A. M. **Youtubers Mirins:** antigos problemas em novas forma de exploração do Trabalho Infantil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2022.

VILANI, J. A. dos S. **Trabalho infantil.** São Paulo: Brasiliense, 2010.